

Sr. Presidente. Srs. Deputados Municipais ,

Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores,

Senhores Munícipes

A minha intervenção tem a ver essencialmente com uma entrevista que o Sr. Presidente da Câmara deu recentemente a um jornal local.(#)

Como eleito do Movimento SIM, sinto obrigação de intervir.

E incidirá particularmente na referência ao endividamento do Município e aos empréstimos contraídos no âmbito do PRED e do PAEL.

Diz o Sr. Presidente que a Câmara será penalizada se não cumprir com os pagamentos acordados, mas logo de seguida admite que pode ser obrigada a aumentar o IMI ,penalizando os Munícipes.

Ora Sr. Presidente! Sabe bem as razões porque a CMS teve que recorrer a estes financiamentos, que foram obtidos em condições muito favoráveis, tanto no mandato 2005/2009 no caso do PREDE, como no mandato de 2009/2013 no caso do PAEL. Não permitindo as receitas arrecadadas cumprir com os prazos de pagamento a fornecedores, com aval do Governo Central e a aprovação do T.Contas os fornecedores da Câmara, muitos deles do Concelho de Sines, receberam mais cedo o pagamento das sua faturas.

O Sr. Presidente até pode alegar que não aprovou o PAEL (**não quis apoiar a economia local, como estava no espírito da Lei**), mas não pode alegar desconhecer a mesma lei, onde estão estabelecidas as obrigações dos Municípios aderentes, pelo que não pode invocar que foi surpreendido por ela conter essas obrigações. Mas não irá correr os riscos de aumentar o IMI, pois não serviria de nada ao PS ,nessa altura, alegar que foi por culpa do PAEL, pois ninguém o levaria a sério. Terá sim que cumprir com os pagamentos atempados das respetivas amortizações, e reduzir mais os Impostos como o PS prometeu!.

Claro que pode alegar que essas despesas não deveriam ter sido feitas, mas o executivo no poder, aplicou bem as receitas arrecadadas em favor dos Sineenses. E se formos analisar o que aconteceu nos últimos anos, é

conhecida a diminuição de receitas ou aumento involuntário das despesas, as quais reduziram a autonomia financeira da Autarquia:

Redução das transferências do OE; reduzida realização na venda de património; aumento do IVA em todas as aquisições que só em energia elétrica ultrapassa os 200.000,00€ por ano; aumento das contribuições para a CGA, etc,etc;

Mas ainda podemos fazer uma pequena análise ao endividamento bancário, para ficar mais claro em que foram aplicados os empréstimos , para que o Sr. Presidente não induza em erros os leitores e os Municípios:

- a) Os 4 empréstimos mais antigos (2002) cujo saldo em dívida é de 334.421,00€, destinaram-se a financiar um grande projeto de qualificação da cidade (Bairros : Marítimo, Pescadores, Operário, ZIL II, etc , dos quais o juro atual é de: 1,799€%;
- b) Os 2 empréstimos de 2005, destinados a financiar parte do CAS, com o saldo de 1.096.105,00€ , dos quais o juro atual é de 0,684% merecem uma nota particular: o financiamento inicial para a obra era de 75%, mas o Governo de então, deu instruções à CCDRA para a sua redução para 55%, o que obrigou a CMS a recorrer a financiamento bancário. Essa medida do Governo veio a ser corrigida, sendo transferida (salvo erro em 2011?) uma verba superior a 1M €, a qual foi utilizada para novos investimentos-
- c) Há mais 2 empréstimos de 2.286.352,00€ e 1.181.462,00€, com juro respetivamente de 0,488% e de 0,385%, contratados para financiar a parte Municipal do Bairro da Floresta – 124 fogos .
Creio que ninguém nesta sala contestará este empreendimento?;
- d) Há ainda um empréstimo com saldo de 273.962,00€, aplicado na construção da Escola Básica do PP SUL (junto à Escola Poeta Alberto),cujo financiamento obtido foi só de 70%.
Este tem um juro de 1,897%;
- e) Mesmo os empréstimos do PREDE de 2009, com saldos de 1.015.977,00€ e de 4.515.434,00€ (o qual só começa a ser amortizado em 2014) tem juros de 1,71% e de 1,632% respetivamente;

- f) Por fim o empréstimo para o PAEL cujo saldo é de 3.312.174,00€, é o que tem o juro mais alto = 2,580% (negociado em 2013, já com todas as restrições associadas à chamada crise!);

Ora quando o Sr. Presidente admite na sua entrevista a “reestruturação da dívida” (**olhe que este tipo de operações está proibida por este Governo, por imposição da Troika!**), tem de reconhecer que os juros obtidos pelo anterior executivo e atrás referidos foram muito baixos e justificam bem a aplicação do capital utilizado.

Ainda uma referência pequena às dívidas de terceiros, ou seja receitas por cobrar! Certamente que é obrigação da Câmara cobrar todas as receitas, sejam de taxas ou de serviços.

Sugiro que encare este problema com muita ponderação, pois de certeza vai esbarrar em muitas dificuldades. Se houve alguns oportunistas que se aproveitaram das falhas de capacidade de cobrança por parte da Câmara, muitos mais terá sido por dificuldades das famílias, originadas pela atual situação social do País.

Por fim, devo dizer que estou perplexo com a ausência de ações por parte da Câmara PS, ao fim de 6 meses de mandato! Como exemplo, dou o seguinte: Até princípios de Abril, estava um Outdoor junto à rotunda das finanças que anunciava uma exposição de fotografia no CAS, a qual terminava em **29 de Setembro**. A Câmara parou a partir desta data? Pode dizer-se que foi salvo pelo 25 de Abril, pois foi agora colocado lá um cartaz com a programação do 25 de Abril. Mas francamente, tanta inatividade ou falta de medidas começa a preocupar.

Sines, 22 de Abril de 2014

Ferreira Costa

(Movimento SIM – Sines Interessa Mais)

#) - O Leme 622 – 2ª. Quinzena de Abril /2014